

A radicalização do neoliberalismo e o crescimento da dívida pública interna no Governo FHC (1995-2002)

Roger dos Anjos de Sá

Da Secretaria de Educação do Estado de Goiás - Goiânia - Brasil

rogerniger@hotmail.com

Resumo: O modelo neoliberal de gestão do Estado emergiu das cinzas da crise econômica do início da década de 1970. No Brasil, o neoliberalismo foi adotado no contexto da transição democrática na segunda metade da década seguinte. A sua radicalização, no entanto, ocorreu a partir da gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Assim, o intuito premente deste estudo é analisar as medidas neoliberais adotadas pelo Governo FHC, que configurando-se como radicais. O resultado foi uma onda enorme de privatizações, e de medidas que enxugaram os gastos sociais, resultando na constituição de um modelo em que o Estado afastou-se da função de promotor do bem-estar social e assumiu a função de gerenciador da livre circulação do capital. Isso resultou em desemprego e no crescimento da dívida pública interna.

Palavras-chaves: Neoliberalismo. Governo FHC. Privatizações. Dívida pública.

Introdução

O neoliberalismo começou a ganhar contornos de plano de governo e de modelo de Estado no Brasil a partir dos anos 1980 no Governo Sarney (1985-1990). Na administração Collor (1990-1992) esse processo acelerou, mas a radicalização do neoliberalismo ocorreu com advento do Governo FHC (1995-2002). O Governo de Fernando Henrique Cardoso foi, portanto, o momento decisivo para a consecução definitiva do projeto neoliberal no Brasil, configurado de modo radical. O objetivo desse artigo é abordar, brevemente, como essa radicalização ocorreu, bem como sua concatenação com o crescimento da dívida pública interna.

Com intuito de possibilitar que o capital imperialista conseguisse sua remuneração, o Governo FHC tomou medidas diversas e drásticas no plano administrativo. O objetivo dessas reformas, no plano social, era diminuir os gastos do setor público com as garantias sociais e trabalhistas e no plano econômico, permitir que o grande capital internacional (industrial, de telecomunicações, petroquímico,

automobilístico, agrário, etc.) e o capital financeiro conseguisse reprodução livre e abundante.

O processo de radicalização do modelo neoliberal de gestão do Estado outorgado pelo Governo FHC e alguns de seus desdobramentos inevitáveis, entre os quais, privatizações, redução de investimentos sociais em educação e saúde, especialmente, bem como o enxugamento de pessoal e, sobretudo o crescimento da dívida pública interna são temas sobre os quais versa este artigo.

O Governo FHC e o Neoliberalismo

O Programa Nacional de Desestatização (PND), criado pelo Governo Collor, sofreu alterações significativas a partir do Governo FHC¹. Em 1995 mudanças substanciais foram implementadas ao PND. Instituições financeiras públicas, federais ou estaduais que tivessem ações de seu capital desapropriadas foram incluídas no Programa. A inovação mais significativa das mudanças substanciais foi a substituição da Comissão Diretora do Programa pelo Conselho Nacional de Desestatização (CND), diretamente subordinado ao Presidente.

O Conselho alterou a estrutura administrativa do PND, dando ao Executivo supremacia sobre ele, o que conferiu ao Programa maior mobilidade e mais eficiência para executar as metas a ele incumbidas. A partir do primeiro mandato de Fernando Henrique a administração do PND passou a ter o seguinte formato:

Sua composição passou a ficar restrita aos Ministros de Estado (Casa Civil, presidente do Conselho, Planejamento e Orçamento, Fazenda, Administração Federal e Reforma do Estado, Indústria, Comércio e Turismo) e pelo presidente do Banco Central (caso de desestatização de instituições financeiras). Diferentemente dos membros da Antiga Comissão Diretora, os integrantes do Conselho não mais precisavam ter seus nomes aprovados pelo Congresso Nacional uma vez que esse Conselho passou a ser composto exclusivamente por Ministros de Estado. Um representante do BNDES – que continuou a ser o gestor do Fundo Nacional de Desestatização – poderia estar presente às reuniões, mas teria direito a voto (ALMEIDA, 2010, p.331).

O PND objetivava sobretudo, acelerar o processo de privatizações e as modificações a partir do Governo FHC possibilitaram maior dinâmica ao Programa, tornando-o mais eficiente em seu projeto privatista neoliberal. Assim, as privatizações

¹ Já em 1994, através do Decreto nº 1.068/94, importantes alterações foram feitas ao PND. O decreto estabelecia o seguinte em seu primeiro artigo: “Ficam incluídas no Programa Nacional de Desestatização (PND) as participações societárias minoritárias de que são titulares as fundações, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e quaisquer outras entidades controladas, direta e indiretamente, pela União”.

iniciadas nos anos de 1980², aceleram com Collor e com o Governo Itamar, ganharam novo impulso a partir de 1995, início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.

A institucionalidade constitucional do Estado Brasileiro, pós 1988, ainda que sob a insígnia da democracia manteve atributos de caráter autoritário, resquícios da Ditadura. As reformas constitucionais implementadas por FHC em 1995 mantiveram e induziram ainda mais esse autoritarismo, ainda que reformado, visto que o referido governo fez uso demasiado de Medidas Provisórias³ – os antigos Decreto-lei da ditadura – fomentando assim a manutenção da supremacia do Executivo sobre os outros poderes, caracterizando o que Décio Saes (2001) conceitua de hiper-presidencialismo.

David Maciel (2007), argumenta que essas transformações consignadas pelo caráter autocrático-burguês, que redefiniu a ossatura do aparelho de Estado, foi exigência dos princípios doutrinários submissos a lógica do livre-mercado e do antiestatismo que por sua vez são outorgados pelo grande capital, seja ele estrangeiro ou nacional. Conformado a isso a exigência também se desdobrou pela ascensão de um governo que confabulasse com essa perspectiva. O governo FHC configurou-se como paradigmático dessa assertiva.

Neste sentido, a agenda de seu governo incrementou e acelerou o processo de transformação do caráter do Estado Brasileiro no plano econômico: de nacional-desenvolvimentista para um Estado Neoliberal típico. No bojo dessas transformações neoliberais, Basílio Sallum Jr. (1999), argumenta que os projetos de reforma constitucional e infraconstitucional que FHC submeteu ao Congresso, dos quais conseguiu aprovação quase integral, objetivavam:

- a) o fim da discriminação constitucional em relação a empresas de capital estrangeiro; b) a transferência para a União do monopólio da exploração, refino e transporte de petróleo e gás, antes detido pela PETROBRÁS, que se

² Segundo relatório do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), na década de 1980 foram privatizadas cerca de 38 empresas: “Esta fase caracterizou-se pela “reprivatização” de empresas que haviam sido absorvidas pelo Estado, na maioria dos casos, em função de dificuldades financeiras. Não havia ainda, por parte do governo, intenção de implementar um programa em larga escala. Foram privatizadas empresas de pequeno porte, e os resultados econômicos foram modestos (US\$ 780 milhões). O principal objetivo era evitar que o governo ampliasse ainda mais sua presença no setor produtivo, e não o de gerar receitas para o Tesouro (BNDES)”

³ O Governo FHC, “emituiu, em oito anos de governo, 418 medidas provisórias, uma média de quatro por mês. Mas reeditou 253 (60% delas), e é aqui que o abuso legiferante de FHC revela toda sua absurda extensão. Formalmente a MP reeditada precisava, para cumprir a lei, ser tratada como uma nova MP, inclusive com número próprio. Pois bem, FHC usou 4.977 vezes o recurso de reeditar MPs que foram rejeitadas pelo Congresso Nacional ou sobre as quais não houve deliberação no prazo constitucional. Somadas às que são foram reeditadas, isso gera a quantia de 5.395 MPs. Foram 56 por mês, ou duas por dia!” (Ruy, 2011).

tornou concessionária do Estado (com pequenas regalias em relação a outras concessionárias privadas); c) a autorização para o Estado conceder o direito de exploração de todos os serviços de telecomunicações (telefone fixo e móvel, exploração de satélites, etc.) a empresas privadas (antes empresas públicas tinham o monopólio das concessões). Além de desencadear este conjunto de reformas constitucionais, o governo Fernando Henrique estimulou fortemente o Congresso a aprovar lei complementar regulando as concessões de serviços públicos para a iniciativa privada, já autorizadas pela Constituição (eletricidade, rodovias, ferrovias, etc.), conseguiu a aprovação de uma lei de proteção à propriedade industrial e aos direitos autorais nos moldes recomendados pelo GATT e preservou o programa de abertura comercial que já havia sido implementado. Sustentado pela legislação que permitia e regulava a venda de empresas estatais desde o período Collor e pelas reformas constitucionais promovidas desde 1995, executou um enorme programa de privatizações e de venda de concessões tanto no âmbito federal como no estadual. (SALLUM Jr., 1999, p. 31)

Todas essas transformações estão no bojo do processo de adequação do Brasil a nova dinâmica do capitalismo e do capital imperialista, reconfigurado a partir dos anos 1970 (FONTES, 2010). Essa reestruturação do sistema capitalista imprimiu o enxugamento do Estado ou a instituição do Estado Mínimo configurando a supremacia ou a liberdade total e irrestrita do capital sem ingerências políticas contrárias a esse procedimento de acumulação (NETTO, 2001). Nesse sentido, esses algoritmos do neoliberalismo adotados pelo Estado Brasileiro buscavam transformá-lo em um lugar onde o capital imperialista pudesse transitar livremente e com alta lucratividade. Deste modo, o neoliberalismo conseguiu sua práxis operacional, qual seja, a abolição do controle político sobre o capital (BOITO, 1999). As mudanças estruturais implementadas – abertura comercial, política (adequação democrática, por exemplo) e econômica – permitiram que o Brasil se tornasse uma plataforma para a valorização do capital internacional fomentando, inclusive, e adjacientemente o seu caráter de um país capital-imperialista, ainda que de forma subalterna.

O Plano Real foi o passo primordial que possibilitou a estabilidade econômica e da moeda. A capacidade operacional do Plano conseguiu barrar a inflação o que, em termos práticos significou para a população, de maneira geral, que as medidas do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso eram eficientes, lhe conferindo popularidade. Quando sua candidatura à presidência foi lançada a notoriedade alcançada lhe garantiu vitória sobre seu adversário Luiz Inácio, Lula. O Plano Real penhorou a estabilização da moeda, que por sua vez garantiu as grandes transformações estruturais que advieram a partir do Governo FHC. Monica Almeida (2010), argumenta que:

O primeiro passo para a construção de tais condições [condições mínimas de gerenciamento político, social e econômico por parte do governo], deu-se com a consolidação da leitura do Plano Real enquanto alternativa possível ao projeto estabilização planejado. Assim sendo, tornou-se central para o novo governo a produção da legitimidade e a construção de consenso para que o inevitável fosse reconhecido como tal. O sustentáculo de tal projeto sementou-

se nas seguintes ações: i) controle das elevadas taxas inflacionárias como meio de conquistar o respaldo popular; ii) aliança real com setores da elite, materializada na aliança com o PFL; iii) imposição de perdas de poder às facções dominantes do nacional desenvolvimentismo; iv) seleção artificial do parque produtivo através da sobrevalorização do câmbio; v) socialização dos custos dos ajustes a partir do aumento da dívida pública; vi) restrição de movimentos sociais, cujo o ápice deu-se com a greve dos petroleiros em 1995, além das altas taxas de desemprego que diluíram as bases sindicais mais organizadas e da política salarial destrutiva do funcionalismo público (p. 93).

O Plano permitiu, assim, criar as bases para a radicalização do Neoliberalismo. Sob a insígnia da estabilidade e da eficiência administrativa os gastos públicos foram dirimidos, as medidas neoliberais foram radicalizadas constituindo um patamar inédito, configurando definitivamente um novo modelo de autocracia burguesa (BOITO Jr, 1999; MACIEL, 2007). Diversas medidas foram adotadas para que as privatizações acelerassem sucessiva e irremediavelmente (ALMEIDA, 2010).

Além disso, a medida de desregulamentação do setor financeiro a partir da autonomia, ainda que informal do Banco Central em 1994, quando a redução dos membros do Conselho Monetário Nacional de 13 para apenas três no bojo da consecução do Plano Real visava privar o Banco Central de ingerência ou influência externa. Esse processo que ocorre de julho de 1994 a junho de 1996 possibilitou que ainda houvesse certa influência do governo, ou melhor, política na condução da política monetária. Com a criação do Comitê de Política Monetária (Copom) em junho de 1996, o que permitiu que a taxa de juros passasse a ser regulada por técnicos membros do conselho de administração monetária⁴, a autonomia formal do Banco Central se configurou definitivamente. Doravante, a lógica que dominou a perspectiva da política monetária do BC visava garantir que a voracidade do grande capital, especialmente o internacional, sobretudo do setor financeiro fosse saciada, não interessando os custos sociais.

É nesse mesmo prisma que deve ser compreendida a criação da Lei de responsabilidade Fiscal em maio de 2000. A lei surgiu após acordo com o FMI no contexto da crise do Real ocorrida em 1999. O objetivo basilar da lei foi engessar os

⁴ “O Copom é composto pelos membros da Diretoria Colegiada do BCB: o Presidente e os Diretores de Política Monetária, Política Econômica, Assuntos Internacionais e Gestão de Riscos Corporativos, Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações de Crédito Rural, Fiscalização, Regulação do Sistema Financeiro, e Administração. O Presidente tem direito ao voto decisório em caso de empate na decisão da política monetária.” (www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%203-copom.pdf)

gastos do Estado para garantir o pagamento da dívida com o setor financeiro. Além disso, a nova regra determinou que as dívidas dos Estados e municípios fossem pagas dentro de prazos delimitados, o que contribuiu para a redução dos gastos com pessoal – 50% do orçamento da União e de 60% nos Estados e municípios (GERMANO, 2009, p. 129).

Portando, o Governo FHC deve ser entendido como a radicalização do neoliberalismo, visto que o processo de “diminuição” do Estado não está apenas na esfera das privatizações; está em todos os seguimentos da economia, da política e do social. Desta forma, o seu afastamento enquanto garantidor do bem-estar social, a sua subordinação ao capital imperialista privatista, a desregulamentação das leis de trabalho, as reformas administrativa e da previdência e corte de gastos nas áreas sociais (educação, saúde, moradia, etc.) cumpre coerentemente com a perspectiva neoliberal que o norteia. Todas essas características constituem, portanto, um processo de adoção radical do Consenso de Washington.

O processo de radicalização neoliberal produziu diversos problemas estruturais e conjunturais. O crescimento da dívida pública interna talvez seja o mais emblemático e significativo de todos, visto que tem provocado, entre outras coisas, a diminuição de investimentos em saúde, educação, moradia, desindustrialização e financeirização da economia.

O aumento da dívida pública interna

A dívida pública interna cresceu enormemente durante o Governo FHC. Ela saltou de R\$62 bilhões no início de 1995 para mais de R\$579 bilhões em meados do ano 2000. Em 2002, no final de seu governo a dívida pública interna era de R\$700 bilhões o que representa um crescimento médio anual de mais de 30%. Na relação PIB/dívida pública que em 1994 era de 29,2% saltou no ano 2000 para 49,3%. No mesmo período, enquanto o PIB cresceu 200% a dívida pública interna aumentou em 339%, quase o dobro. (BACEN)

O que se percebe é que para o crescimento do PIB – o que em termos reais quase nada representa melhorias na condição de vida dos trabalhadores e dos mais pobres – se paga um alto preço com a dívida interna.

O processo de estabilização econômica e monetária, materializado no Plano Real com todas as suas implicações, muitas das quais acima mencionadas, custou caro aos setores mais pobres da população, pois esse processo significou que o Governo garantiria a qualquer custo a remuneração do grande capital (GONÇALVES &

POMAR, 2002). Mas por outro lado, o fim da inflação garantiu certos benefícios as camadas mais pobres, pois não estavam mais reféns das mudanças contínuas dos preços, provocando a diminuição do poder de compra, e portando o empobrecimento contínuo das camadas menos favorecidas. Além disso, a financierização da economia e a estabilização da moeda possibilitaram a ampliação do crédito às camadas mais pobres, produzindo a sensação do aumento da renda.

Esse processo, também materializado na abertura comercial prevista no Plano Real, cujo pretexto era ajudar a derrubar a inflação, promoveu e atraiu um enorme volume de capital em forma de investimento. Mas esses investimentos eram atraídos, sobretudo pela alta taxa de juros. As altas taxas de juros, segundo (GONÇALVES & POMAR, 2002), contribuíram decisivamente para o aumento da dívida. O resultado foi o crescimento do *“estoque da dívida e também do serviço da dívida, tanto externa como, principalmente, a interna”* (p. 22).

Além disso, os mesmos autores argumentam que a taxa de juros nas alturas provocaram efeitos catastróficos nas finanças não só da União, mas também de Estados e Municípios.

A política de juros altos também teve efeitos desastrosos sobre as finanças públicas estaduais e municipais. Como boa parte das dívidas desses governos estava contratada com taxas de juros flutuantes, e que chegaram a mais de 33% ao ano em termos reais em 1995, houve uma explosão dessas dívidas. [...] Uma parte também expressiva da dívida foi acumulada em outras despesas decorrentes da prática monetária e cambial praticada nesse período, bem como da disposição do governo em proteger os interesses do grande capital financeiro. Uma dessas fontes foi o Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional (Proer). Depois de negar, contra todas as evidências, que o Proer teria um elevado custo fiscal, o Banco Central foi obrigado a reconhecer um prejuízo já realizado de mais de 13 bilhões de reais, valor incorporado a dívida interna. (GONÇALVES & POMAR, 2002)

O crescimento da dívida se deu não por gastos sociais ou investimentos, mas devido a financeirização da economia. Neste sentido, as principais causas do crescimento da dívida são: 1) pagamento de juros e amortização do principal; 2) novos empréstimos para pagar dívidas velhas; 3) taxas de juros exorbitantes sob o emblema de segurar a inflação – isso contribui para atrair o investimento estrangeiro e acelerar o processo de privatizações; e 4) a política monetária e cambial.

O processo de financeirização econômica no Brasil, que iniciou ainda durante a Ditadura (FONTES, 2010), mas que adquiriu características inéditas no Governo FHC, contribui para a concentração de riquezas: a renda média anual do trabalhador cresceu cerca de 3,3% de 1995 a 2000, representando, em termos reais um ganho de apenas 0,5%, para o trabalhador da indústria de São Paulo, por exemplo. No mesmo intervalo de

tempo a taxa de lucro das 500 maiores empresas, que constituem o núcleo duro do capitalismo brasileiro foi de 4,1%, o que é maior inclusive do que o crescimento do PIB. O que conseguiu maior ganho, no entanto, foi o setor financeiro cuja rentabilidade girou em torno de 15,7% no mesmo período (GONÇALVES & POMAR, 2002).

Os juros altos e a taxa de câmbio artificial possibilitaram que os rendimentos do setor financeiro fosse o mais beneficiado com a radicalização do neoliberalismo. A política dos juros altos atrai os investidores que buscam grandes rendimentos. Neste sentido, os títulos públicos, que garantem ao comprador enormes lucros devido a alta de taxa de juros pagos, é que atrai o sistema financeiro. Portanto, os maiores credores dos títulos públicos é o setor financeiro que acaba sendo o grande ganhador na ciranda financeira confeccionada pelo Governo FHC.

Para tentar defender uma taxa de câmbio completamente artificial, o Banco Central vendeu dezenas de bilhões de reais em títulos públicos com garantia de correção pela variação cambial. Quando veio a desvalorização em janeiro de 1999, de aproximadamente 50%, mais de 30 bilhões de reais foram adicionados à dívida interna, e embolsados pelos bancos que vinham apostando contra a política cambial (GONÇALVES & POMAR, 2002).

Assim sendo, a política cambial e de juros altos são ferramentas fundamentais para a radicalização do neoliberalismo e para o processo de financeirização da economia brasileira, o que fomenta, sem sombra de dúvida, o endividamento, especialmente o interno.

As metas do *Superávit* primário e a Lei de Responsabilidade Fiscal estão no mesmo bojo de conseguir a garantir da remuneração do capital financeiro. Essas reformas implantaram um arrocho fiscal em que o Estado retirou de quem tinha menos para garantir que os que tinham mais continuassem a ganhar mais, configurando claramente um sentido de dominação de classe em todo o processo.

Para visualizar claramente isso basta observar a contradição absoluta do processo de crescimento da dívida pública interna: no período de 1994 a 1998 o governo arrecadou mais de R\$60 bilhões apenas como resultado da venda de empresas estatais ao mesmo tempo em que a dívida pública interna saltou de pouco mais de R\$60 bilhões em 1995 para mais de meio de trilhão de reais no ano 2000. No mesmo período foram gastos mais de R\$250 bilhões apenas com juros da dívida (interna e externa) (GONÇALVES & POMAR, 2002). A ideia é: a dívida pública cresceu no mesmo período em que foram vendidas as empresas estatais federais e estaduais, configurando dessa forma um duplo empobrecimento do Estado Brasileiro, pois vendeu seus bens e ao mesmo tempo aumentou suas dívidas. Isso tem um escopo claro: o processo de radicalização do

neoliberalismo visava primordialmente uma coisa: garantir a remuneração do grande capital, especialmente o financeiro.

Na mesma linha de raciocínio percebe-se que a ideologia neoliberal é contraditória, pois o enxugamento do Estado, tão propagado por ela não significa um Estado pouco gastador, ao contrário, ele gasta bem mais que antes. Só que seus gastos não estão relacionados a investimentos ou em questões sociais, mas, e, fundamentalmente na remuneração do grande capital, seja fazendo concessões ou financiamentos a grandes empresas ou no pagamento de juros no setor financeiro.

Desta maneira as privatizações e diversas medidas adotadas pelo governo FHC, como o superávit primário e a Lei de Responsabilidade Fiscal estão sob o emblema do Estado enxuto. Isso é contraditório, e é um aporte ideológico propagandeado pelo governo e pela grande mídia, pois os gastos do governo aumentaram como já foi acima mencionado. Lógico que não foram com programas sociais, investimento em educação, saúde, geração de empregos, reforma agrária, saneamento, etc., mas com o setor financeiro fundamentalmente. Em 1999, por exemplo, os gastos com educação (ensino básico e superior), saúde, transporte rodoviário e reforma agrária, somados, foram de pouco mais de R\$34 bilhões enquanto os gastos, apenas com os encargos financeiros da dívida foram de quase R\$58 bilhões (GONÇALVES & POMAR, 2002).

O processo de financeirização da economia não apenas freia a possibilidade de desenvolvimento, mesmo dentro dos marcos do capitalismo, mas amplia as desigualdades sociais, visto que a estrutura e a conjuntura que configuram o Estado torna a reprodução do capital muito mais atrativo no sistema financeiro que no produtivo, fazendo com que haja um deslocamento do capital do setor de produção para o especulativo-financeiro⁵.

Disso resulta o movimento de desindustrialização que marca o Brasil desde a virada dos anos 80 para os 90, processo que acelerou com FHC. O aceleração da dependência, a partir da adoção do neoliberalismo provocou uma espécie de regressão colonial, para utilizar o termo de Florestan Fernandes (1987), cunhado e prenunciado

⁵ O caso do Grupo Votorantim é paradigmático. O Grupo passou por um processo de convergência financeira desde início da década de 1990 quando foi fundando o Banco Votorantim. Na fundação do Banco o Grupo tinha ao todo 96 empresas em diversos ramos do setor produtivo. Em 1998 o número caiu para 60. O patrimônio líquido do grupo subiu de 4,5 bilhões em 1994 para 8,2 bilhões em 1998. Em 1994 o banco representava um 1,4% do patrimônio do grupo no ano 2000 representava 7%. Em 1994 o lucro líquido do banco representou 5,3% do total do grupo em 1998 representou 17,8%. (GONÇALVES & POMAR, 2002). Fica caracterizado assim o processo de financeirização da economia, ou seja a convergência de empresas do ramo produtivo para o setor financeiro impelidos pela política de juros altos do Governo FHC.

ainda nos idos dos anos 70. Frações industriais da grande e boa parte da média e da pequena burguesia foram engolidas pelo capital internacional. E mesmo o grande capital nacional que não foi tragado sofreu um pleito de modificação e reorientação em sua estrutura.

Considerações finais

O Governo FHC implementou diversas medidas estruturais e conjunturais que tornaram possível o processo de radicalização do neoliberalismo no Brasil. Essa radicalização significou que as medidas transformaram o país em um local onde o grande capital internacional e o financeiro, especialmente, conseguiram remunerações altíssimas. Neste sentido, as mudanças implantadas no Governo de Fernando Henrique Cardoso visavam enxugar o Estado, ou seja, reduzir os gastos sociais para garantir o pagamento do ordenado do capital.

Nesse contexto, ocorreu intensa flexibilização das relações de trabalho o que resultou, entre outras coisas, no florescimento acentuado da informalização das ocupações. O desemprego teve onda ascendente durante o Governo FHC: a taxa subiu de 6,1% - 4,5 milhões – no início do primeiro mandato para 15% – 11,5 milhões – no fim do segundo em 2002 (GERMANO, 2009, p. 131).

O processo de radicalização neoliberal gerou um crescimento vertiginoso da dívida pública interna, pois a mesma foi resultado da inserção do Brasil na dinâmica do novo modelo de acumulação capitalista, onde o maior volume dessa acumulação ocorreu no setor financeiro. Neste sentido, o atrativo para o investimento estrangeiro passava pelo crivo das privatizações e da política de juros altos. Assim, o Estado reduziu seus gastos sociais para que o setor financeiro e o grande capital fossem remunerados adequadamente.

A financeirização da economia resultante dessa radicalização produziu, entre outras coisas, o aumento da desigualdade social, a diminuição do investimento em educação, saúde, moradia, e também gerou um pleito de desindustrialização reduzindo, inclusive, o investimento privado no setor produtivo, uma vez que é mais rentável investir no setor financeiro.

La radicalización del neoliberalismo y el crecimiento de la deuda pública en el gobierno FHC, Brasil, (1995-2002)

Resumen: El modelo neoliberal de la administración del estado emerge de las cenizas de la crisis económica de la década de 1970. En Brasil, se adoptó el neoliberalismo en el contexto de la transición democrática en la segunda mitad de la próxima década. Su

radicalización, sin embargo, se produjo a partir de la gestión de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Así que el propósito urgente de este estudio es analizar las medidas neoliberales adoptadas por el gobierno de FHC, que se configura como radicales. El resultado fue una enorme ola de privatizaciones, y las medidas que arrasan el gasto social, que resulta en la creación de un modelo en el que el estado se alejó de la asistencia social de la función de promotor y tuvieron la función de gestor libre de la circulación capital. Esto ha resultado en el desempleo y el crecimiento de la deuda pública.

Palabras clave: El neoliberalismo. FHC. La privatización. Deuda pública.

Referencias

ALMEIDA, Monica Piccolo. **Reformas neoliberais no Brasil: A Privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niterói-RJ, 2010. Tese (Doutorado em Historia). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

BACEN. (Vários anos). **Relatório anual**. Brasília, Banco Central do Brasil.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo, Xamã, 1999.

FERNANDES, Florestan. **Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FONTES, Virgínia. "O Brasil imperialista". In: **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ, 2010, p. 303-350.

GERMANO, Matheus Nascimento. A construção da derrota: o conflito capital e trabalho no Governo FHC. **Revista Antítese**, nº 7, out. 2009, pp. 118-136.

GONÇALVES, Reinaldo & POMAR, Valter. *A armadilha da dívida: como a dívida pública interna impede o desenvolvimento econômico e aumenta a desigualdade social*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

MACIEL, David. Neoliberalismo e autocracia burguesa no Brasil. In: 5º Colóquio Marx & Engels, Campinas: Cemarx, 2007. v. 1. pp. 1-10.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3º ed. São Paulo, Cortez, 2001.

SAES, Décio. "Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectiva". In: **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001, p.107-134.

SALLUM Jr., Basílio. *O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimento*. Tempo Social: Rev. Social. USP, S. Paulo, 11(2): 23-47, Out. 1999. Disponível em: http://www.flch.usp.br/sociologia/temposocial/site/images/stories/edicoes/v112/o_brasil.pdf Acessado em: 22/02/2012.

Jornais

Ruy, José Carlos. *“A legalidade provisória de Fernando Henrique Cardoso”*. O Vermelho, 27.04.2011. Disponível em: www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=152754&id_secao=1 Acessado em: 22/02/2012.

Documento oficial:

Brasil. Decreto nº 1.068/94, de 02 de Março de 1994.

Sites:

<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%203-copom.pdf>

BNDES:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Privatizacao/historico.html acessado em: 10/11/2015

Sobre o autor

Roger dos Anjos de Sá – Professor da rede estadual de ensino de Goiás e Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás

Recebido para avaliação em agosto de 2015.

Aceito para publicação em janeiro de 2016.